

Requerimento de Sessão 396/2025

Protocolo 42206 Envio em 16/10/2025 21:29:03

Requer ao sr. Prefeito Municipal, informações sobre providências adotadas pela prefeitura municipal após alerta do Tribunal de Contas sobre excesso de gastos acima do limite, emitido em junho de 2025.

Excelentíssimo Senhor

FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal

Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada informações sobre providências adotadas pela prefeitura municipal após alerta do Tribunal de Contas sobre excesso de gastos acima do limite, emitido em junho de 2025, para as respostas das questões:

- 1.) Quais foram as providências adotadas pela atual gestão municipal após o alerta emitido pelo Tribunal de Contas, em junho de 2025, sobre o excesso de gastos cometidos pela prefeitura até então? Apresentar todos os documentos comprobatórios das providências adotadas. Caso não haja providências, justificar.
- 2.) A partir de junho de 2025, houve alguma medida adotada para a contenção de gastos municipais?
 - 2.1)- Se sim, apresentar documentos e resultados das medidas.
 - 2.2)- Se não, justificar o motivo da não adoção de nenhuma medida.
- 3.) Houve algum alerta ao prefeito e seus secretários sobre a situação financeira preocupante da atual gestão?
 - 3.1)- Se sim, apresentar documentos dos alertas.
 - 3.2)- Se não, justificar o motivo da não comunicação, mesmo com o alerta do TCE.
- 4.) Qual foi a data do alerta do Tribunal ao município? Após esta data, houve a celebração de algum convênio, contrato ou outra forma de compromissar despesas para o município? Descreva a data e os compromissos assumidos após o alerta. Se não houve, justifique.

JUSTIFICATIVA



Este requerimento se justifica pela necessidade inadiável de transparência e prestação de contas sobre a situação fiscal do município, especialmente após o Alerta emitido pelo Tribunal de Contas em junho de 2025 sobre o excesso de gastos acima do limite legal.

É imperativo que o Poder Executivo informe detalhadamente quais providências foram adotadas pela gestão municipal após o recebimento do alerta, anexando a documentação comprobatória das medidas de contenção de despesas implementadas a partir daquela data, bem como os resultados alcançados.

A solicitação visa também verificar se houve alguma comunicação interna à cúpula da gestão sobre a situação financeira preocupante, e se, após o alerta formal do TCE, o município continuou a celebrar novos convênios ou contratos, comprometendo despesas, o que poderia agravar a situação fiscal.

O rigor nas respostas é essencial para que o Legislativo exerça sua função fiscalizadora, garantindo a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e a conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Palácio Legislativo Água Grande, 16 de outubro de 2025.

DOUGLAS AMOYR KHENAYFIS FILHO
Vereador